

OFÍCIO Nº 04/2024-G2P

Brasília, 18 de janeiro de 2024.

Excelentíssimo Sr. Conselheiro
MANOEL DE ANDRADE
Tribunal de Contas do Distrito Federal-TCDF
Brasília-DF
Referência: Processo TCDF nº 12654/2013-e

Senhor Relator,

A questão que envolve o Programa de Descentralização Progressiva das Ações de Saúde - PDPAS é, por exemplo, objeto de análise do MPCDF nas Representações do MPC nº 95/2020 - G2P¹ (Processo 12654/2013-e, peça 97, eDOC FC3E52F1); e nº 22/2021 - G2P² (Processo 00600-00002843/2021-13-e, peça 5, e-DOC D43F2D1D).

Recentemente, compulsando o DODF³, verificou-se, por exemplo, a dispensa de licitação e o pagamento, via PDPAS, de itens que aparentemente têm Atas de Registro de Preço vigentes. Especificamente, trata-se da aquisição de itens como o Filtro de Fluido de Diálise e Bolsa para Estomia Adulto Transparente 1 Peça, Não Estéril. As atas correspondentes seriam a [Ata nº 238/2023 A](#) para o Filtro de Fluido de Diálise e as [Atas nº 235/2023 A e 235/2023 B](#) para Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME) – bolsas para estomia/urostomia e cinto elástico adulto.

No entanto, o art. 7º do [DECRETO Nº 44.322, DE 15 DE MARÇO DE 2023](#)⁴ estipula que as despesas realizadas com os recursos do PDPAS estão sujeitas a restrições específicas, incluindo a proibição de adquirir itens que já estão cobertos por atas de registro de preço vigentes na Secretaria de Estado de Saúde do Distrito

¹ Representação nº 95/2020 – CF Denúncia de cidadão. Recursos do Programa de Descentralização Progressiva de Ações de Saúde – PDPAS. Relatório de Inspeção nº. 2.2011/2015.

² Representação n.º 22/2021-G2P, da lavra da Procuradora CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA, acerca de possíveis irregularidades relacionadas a superlotação, desabastecimento de insumos, **falhas na utilização de recursos do Programa de Descentralização Progressiva de Ações de Saúde - PDPAS**, falta de manutenção predial, de equipamentos e de pessoal no âmbito do Hospital Regional da Asa Norte - Hran.

³ [DODF Nº 10, DE 15 DE JANEIRO DE 2024](#), páginas 69 a 79.

⁴ Regulamentado pela [PORTARIA Nº 473, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2023](#) “Regulamenta o Programa de Descentralização Progressiva de Ações de Saúde - PDPAS instituído pelo [Decreto nº 44.322](#), de 15 de março de 2023.” Vale relembrar que a Lei que instituiu o Programa de Descentralização Progressiva de Ações de Saúde – PDPAS na rede pública de saúde do Distrito Federal foi suspensa: [LEI Nº 6.715, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2020](#) (Suspensão) pelo(a) ADI 0709055-30.2021.8.07.0000 de 26/03/2021)

Federal, a menos que sejam cumpridas certas condições de relevância e indisponibilidade:

Art. 7º As despesas realizadas com os recursos relativos ao PDPAS estão sujeitas às **restrições** discriminadas a seguir, sem prejuízo de outras a serem estabelecidas pela Secretaria de Estado da Saúde do Distrito Federal, e, outros órgãos competentes do Governo do Distrito Federal:

(...)

V - somente poderão ser adquiridos, **suplementarmente**, medicamentos, materiais de consumo e outros insumos, **quando não houver**, na Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, **atas de registro de preços vigentes relativas ao item a ser adquirido**; não houver disponibilidade do item em qualquer outra unidade da rede pública de saúde; e estiver devidamente caracterizada relevância dessa aquisição para a saúde individual ou coletiva da população beneficiária.

Diante desses fatos, solicita-se a análise dos motivos pelos quais a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SESDF) efetuou esses pagamentos, inclusive de outros medicamentos de ampla e costumeira dispensação. Tal verificação é fundamental para assegurar a conformidade com as normas e regulamentos vigentes, bem como a eficiência no uso dos recursos públicos.

Nessas condições, dá-se ciência a V.Exa., para as providências cabíveis.

Atenciosamente,

CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA
Procuradora